

ERIC HOBSBAWM

SOBRE HISTÓRIA



COMPANHIA DE BOLSO

9. ENGAJAMENTO

Este ensaio, que aborda o problema do preconceito político e ideológico, foi escrito para publicação em Culture, science et développement: Mélanges en l'honneur de Charles Morazé (Toulouse, 1979), pp. 267-79.

I

Embora tenha havido muita discussão sobre a natureza, ou até mesmo a possibilidade, da objetividade nas ciências sociais, houve muito menos interesse no problema do "engajamento" nessas ciências, entre as quais a história. "Engajamento" é uma dessas palavras como "violência" ou "nação", que escondem uma variedade de significados sob uma superfície aparentemente simples e homogênea. Geralmente é mais como termo de desaprovação ou louvor (neste caso, muito mais raramente) que a palavra é empregada, e quando é definida formalmente, as definições tendem a ser seletivas ou normativas.[1] De fato, os empregos comuns do termo escondem uma ampla gama de sentidos, desde o inadmissivelmente restrito até o trivialmente genérico.

Em seu sentido mais amplo pode ser meramente outro modo de negar a possibilidade de uma ciência puramente objetiva e livre de valoração, uma proposição da qual poucos historiadores, cientistas sociais e filósofos hoje discordariam inteiramente. No extremo oposto encontra-se a disposição de subordinar os processos e descobertas da pesquisa às exigências do compromisso ideológico ou político do pesquisador e tudo que isso implica, inclusive a subordinação dos mesmos às autoridades ideológicas ou políticas por ele aceitas: porém, muitas dessas exigências podem conflitar com o que seriam aqueles processos e descobertas sem tal ditame. É claro que o mais comum é o pesquisador internalizar essas exigências, que assim se tornam características da ciência, ou melhor (considerando que engajamento implica um adversário), da ciência "certa" contra a ciência "errada" — da história das mulheres em oposição à história masculina chauvinista, da ciência proletária em oposição à ciência burguesa, e assim por diante.

De fato, existem provavelmente dois espectros superpostos, dos quais um expressa as várias nuanças da dimensão política ou ideológica dos processos e descobertas da pesquisa, e o outro, as consequências que se pretendem

deduzir daí para o comportamento subjetivo do historiador. Para colocar em termos simples, um diz respeito ao engajamento dos fatos, o outro, ao das pessoas.

Em um extremo do primeiro espectro há a proposição geral, e até agora virtualmente incontroversa, de que é impossível uma ciência puramente objetiva e isenta de juízos de valor; no outro, há a proposição de que tudo na ciência, desde seus procedimentos até suas descobertas concretas e as teorias nas quais estas são organizadas, deve ser visto basicamente como dotado de uma função ou propósito político (ou, mais geralmente, ideológico) específico, associado a algum grupo ou organização social ou política. Dessa forma, o principal significado da astronomia heliocêntrica do século XVI até o século XVII não seria o de que ela era "mais verdadeira" do que a geocêntrica, mas o de que fornecia uma legitimação para a monarquia absoluta (le roi soleil). Embora isso possa soar como uma reductio ad absurdum dessa posição, não devemos esquecer que muitos de nós assumimos ocasionalmente uma concepção quase tão extrema quanto essa ao discutir, digamos, os vários aspectos da genética e etologia promovidos pelo nacional-socialismo. As possíveis verdades de várias hipóteses nesses campos pareciam ser na época menos importantes que seu uso para os horríveis propósitos políticos do regime de Adolf Hitler. Ainda hoje existem muitos que se recusam a aceitar pesquisas sobre possíveis diferenças raciais no gênero humano ou que rejeitam qualquer descoberta que tenda a demonstrar, sobre bases análogas, desigualdades entre vários grupos humanos.

As nuanças do segundo espectro são igualmente amplas. Em um extremo, há a proposição pouco controversa de que o cientista, que é fruto de sua época, reflete os preconceitos ideológicos e outros de seu ambiente e experiências e interesses históricos e sociais específicos. No outro, há a concepção de que não devemos meramente nos dispor a subordinar nossa ciência às exigências de alguma organização ou autoridade, mas até promover ativamente essa subordinação. Exceto na medida em que fazemos declarações puramente psicológicas sobre os cientistas, o espectro 2 deriva do espectro 1. Os homens são ou devem ser engajados em sua atitude para com as ciências, porque as ciências são em si mesmas engajadas. É possível também, ainda que muito duvidoso, que cada posição no espectro 2 corresponda a uma posição no espectro 1, e possa ser considerada como seu corolário. Por isso, na discussão a seguir, convém que nos concentremos no "engajamento" como uma atitude subjetiva dos historiadores, ou para eles imperativa.

Não obstante, é preciso formular inicialmente uma proposição importante

sobre o engajamento "objetivo". O engajamento na ciência (empregando a palavra na acepção geral da alemã Wissenschaft) não reside na discordância sobre fatos verificados, mas sobre sua escolha e combinação, e sobre o que se pode inferir a partir dos mesmos.[2] Ele pressupõe procedimentos incontroversos para verificar ou falsear a evidência, e procedimentos incontroversos em sua discussão. Talvez seja verdadeira a observação de Thomas Hobbes de que os homens suprimiriam ou até mesmo contestariam os teoremas da geometria se estes estivessem em conflito com os interesses políticos da classe governante, mas esse tipo de engajamento não encontra lugar nas ciências.[3] Se uma pessoa deseja argumentar que a terra é plana ou que o relato bíblico da criação é literalmente verdadeiro, seria bastante aconselhável que não se tornasse astrônomo, geógrafo ou paleontólogo. Inversamente, aqueles que resistem à inclusão do relato bíblico da criação nos livros didáticos da Califórnia como uma "hipótese possível",[4] assim o fazem não porque podem ter concepções engajadas (que pode ser o caso), mas porque se baseiam em um consenso universal entre os cientistas de que isso não é apenas factualmente errado, como também de que nenhum argumento a seu favor pode pretender status científico. Até onde se pode notar, não se trata de "uma hipótese científica possível". Desafiar a refutação da tese de que a terra é plana, ou da crença de que Deus criou o mundo em sete dias, é desafiar o que conhecemos como razão e ciência. Existem pessoas dispostas a fazer isso explicitamente ou por implicação. Se, por algum acaso improvável, fosse demonstrado que estão certas, nós, como historiadores, cientistas sociais ou outros cientistas, perderíamos nosso emprego.

Isso não reduz significativamente o âmbito da discordância científica legítima na qual o engajamento pode entrar e de fato entra. Pode haver considerável discussão sobre quais fatos estão definitivamente estabelecidos, e onde nunca puderem sê-lo (como em grande parte da história), a discussão pode continuar indefinidamente. Pode haver discussão sobre o que significam. Hipóteses e teorias, por mais universal que seja o consenso que recebam, não possuem o estatuto incontroverso, por exemplo, dos fatos verificáveis ou falseáveis ou das proposições lógico-matemáticas. Pode-se demonstrar que são consistentes com os fatos, mas não necessariamente que possuam consistência exclusiva com os fatos. É impossível haver discussão científica sobre o fato da evolução, mas pode haver, mesmo hoje, discussão sobre sua explicação darwinista, ou sobre qualquer de suas versões específicas. E na medida em que o "fato" em si é trivial, quando tirado do contexto das perguntas que fazemos a seu respeito e das teorias que formulamos para vinculá-lo a outros fatos, também ele permanece cativo na

rede do engajamento possível. O mesmo é verdade até para proposições matemáticas que apenas se tornam significantes ou "interessantes" em virtude dos vínculos que estabelecemos entre elas e outras partes de nosso universo intelectual.

Não obstante, e sob risco de sermos acusados de positivismo, a natureza incontroversa de certas afirmações e dos meios de estabelecê-la deve ser asseverada. Algumas proposições são "verdadeiras" ou "falsas" para além da dúvida razoável, embora os limites entre a dúvida razoável e a descabida sejam traçados de diferentes formas, numa zona marginal, conforme os critérios de engajamento. Assim, em sua maioria, os cientistas tradicionais provavelmente exigiriam evidências muito mais sólidas e mais rigorosamente filtradas para estabelecer a existência de vários fenômenos extrassensoriais do que o exigiriam para aceitar, por exemplo, a sobrevivência de algum animal tido como há muito tempo extinto; e isso porque muitos deles relutam a priori em aceitar a existência de tais fenômenos. Inversamente, como mostram as falsificações de Piltdown e outros exemplos, uma disposição a priori em aceitar a verificação de uma hipótese plausível pode relaxar consideravelmente os próprios critérios de validação do cientista. Mas isso não abala seriamente a concepção de que os critérios de validação sejam objetivos.

Gostaria de traduzir isso em termos pertinentes ao historiador. Não pode haver nenhuma dúvida legítima de que, no curso dos últimos duzentos anos, melhoraram substancialmente, na média, as condições materiais da população nos países "avançados" do mundo. O fato não pode ser seriamente questionado, embora se possa discutir sobre quando essa melhoria começou, e sobre a velocidade, flutuações e divergências desse processo. Ainda que esse fato seja em si mesmo neutro, será amplamente considerado como dotado de certas implicações ideológicas e políticas, e na medida em que existam teorias históricas baseadas na suposição de que não aconteceu, tais teorias estarão erradas. Se Marx acreditasse em uma tendência do capitalismo de pauperizar o proletariado, abrem-se para mim, como marxista, uma ou mais dentre três alternativas. Posso legitimamente negar que Marx, pelo menos em seus anos de maturidade, sustentou uma teoria de pauperização ou estagnação material absoluta, em cujo caso elimino esse elemento da teoria da "pauperização absoluta" de modo que possa me permitir incluir outros elementos, até então desconsiderados, que poderiam compensar a melhoria (por exemplo, "insegurança", saúde mental ou deterioração ambiental). Nesse caso poderia haver dois tipos de argumento engajado: sobre a legitimidade de estender dessa maneira o conceito de

“pauperização” e sobre o movimento real mensurável dos vários índices envolvidos, sua ponderação e combinação. Por fim, posso sustentar o velho argumento, mas buscar estabelecer que a melhoria representa meramente uma flutuação temporária ou de longo prazo no que ainda pode ser considerado como uma tendência descendente secular. Nesse caso ou estou retirando a proposição totalmente para fora do alcance da falseabilidade, como aquelas previsões constantemente revisadas sobre o fim do mundo, na qual se envolvem as seitas milenaristas, ou estou abrindo-a para a falsificação em algum momento no futuro. Considerações similares podem ser feitas, se considero a melhoria como um fenômeno regional que poderia (ou não) ser compensado por deterioração no resto do mundo. O que não posso fazer é simplesmente negar a evidência. Tampouco posso, como historiador, legitimamente me recusar a aceitar os critérios de falseabilidade, na medida em que minhas concepções se apoiem em evidências do passado, do presente ou do futuro.

Em resumo, para todos os envolvidos no discurso científico, as proposições devem estar sujeitas a validação por métodos e critérios que não estejam, em princípio, sujeitos ao engajamento, independentemente de suas consequências ideológicas e de sua motivação. As proposições não sujeitas a tal validação podem ser, entretanto, importantes e valiosas, mas pertencem a um discurso de ordem diferente. Colocam problemas filosóficos extremamente interessantes e complexos, principalmente quando expressas em algum sentido descritivo (por exemplo, na arte representativa ou na crítica “sobre” alguma obra ou artista específicos), mas não podem ser aqui consideradas. Tampouco podemos considerar aqui proposições do tipo lógico-matemático, já que não estão vinculadas (como na física teórica) à validação por meio de evidências.

II

Voltemos agora ao problema do engajamento subjetivo — omitindo, em favor da simplicidade, a questão dos sentimentos pessoais, embora estes sejam importantes na psicologia individual do cientista. Não nos preocuparemos, portanto, com a relutância do Professor X em desistir da teoria por meio da qual fez ou espera fazer sua reputação, ou com a qual ficou envolvido por longas polêmicas. Omitiremos seus sentimentos pessoais pelo Professor Y a quem sempre considerou um carreirista e charlatão. Somente nos preocuparemos com o Professor X como pessoa motivada por concepções e suposições ideológicas ou políticas partilhadas por outros, e transmitidas à pesquisa; e, mais especificamente, com o Professor X como militante comprometido que admite que o engajamento pode ter implicações

diretas no seu trabalho.

Porém, devemos começar eliminando a posição extrema do engajamento, tal como proposto e praticado no período stalinista na URSS e em outros países — não necessariamente apenas por marxistas — e reduzido ad absurdum nas páginas sempre mutáveis da Grande Enciclopédia Soviética daqueles tempos. Essa posição supunha (1) uma congruência total entre as declarações políticas e científicas em todos os momentos, e por isso (2) uma intercambiabilidade virtual das declarações em ambas as formas de discurso em todos os níveis,[5] com a justificativa (3) de que não existia nenhum campo do discurso científico ou público especializado para tais discursos. Na prática, isso significava (4) a superioridade da autoridade política (sendo esta, por definição, o repositório da ciência) em relação à proposição científica. Pode-se indicar, de passagem, que essa posição difere daquela que sustenta, de modo bastante generalizado, que pode haver imperativos — digamos, morais ou políticos — superiores aos da proposição científica, e daquela sustentada, por exemplo, na Igreja Católica, de que há verdades superiores às da ciência secular que podem ser impostas pela autoridade.

É claro que, teoricamente, a unidade entre ciência e política pode ser sustentada como uma proposição geral, pelo menos por aqueles que acreditam que a política deve estar baseada em uma análise científica (por exemplo, o "socialismo científico"). Que a ciência seja inseparável do resto da sociedade, inclusive do público não científico, também é admitido como proposição geral pela maioria das pessoas. Entretanto, na prática, é evidente que existe uma certa divisão de trabalho e funções e que as relações entre ciência e política não podem ser as de congruência. Os imperativos da política, por mais que esta possa se basear na análise científica, não são idênticos às proposições científicas, embora possam ser idealmente derivados destas com maior ou menor distanciamento. A autonomia relativa da política (que inclui considerações de conveniência, de ação, vontade e decisão) não só impede a identidade, mas até a simples analogia entre as duas esferas. Consequentemente, toda forma de engajamento que sustente que tudo que é politicamente exigido em um momento deve ter seu equivalente no discurso científico não encontra nenhuma justificativa teórica. Na prática, pode-se observar também que a existência de organismos de poder, cada um reivindicando validade científica para sua análise política e, por conseguinte, impondo certos imperativos àqueles de seus membros envolvidos em discursos científicos, levanta o problema de como decidir entre tais pretensões científicas rivais.[6] É pequena a contribuição que o engajamento em si pode dar a esse problema além de um senso de convicção subjetiva.

O dilema daquilo que se pode chamar, por conveniência, de versão jdanovita de engajamento, pode ser ilustrado por um exemplo não marxista: a cartografia. Os mapas são tidos pelos cartógrafos como descrições factuais (seguindo várias convenções) de aspectos da superfície da Terra, mas, segundo os governos e determinados movimentos políticos, são proposições políticas, ou pelo menos têm implicações para a política. De fato, esse é um aspecto inquestionável dos mapas políticos e, em princípio, não se pode negar que, onde há disputa política, o simples fato de traçar, por exemplo, uma fronteira em um lugar e não em outro implica uma decisão política. Assim, registrar as ilhas Falkland como uma possessão britânica implica negar a pretensão argentina às mesmas ou, pelo menos, implica que naquele momento essa pretensão é considerada acadêmica. Enquanto existia, registrar o país a leste da República Federal Alemã como República Democrática Alemã implicava pelo menos um reconhecimento de facto da existência da RDA como Estado nas fronteiras de 1945. Entretanto, por mais simpático que possa ser o cartógrafo às pretensões argentinas ou às atitudes de Guerra Fria dos Estados ocidentais, ele não deve ocultar a situação de fato. É tão absurdo transformar países em não países nos mapas quanto transformar pessoas em não pessoas nos livros de história. Tampouco mudou a configuração e o caráter da RDA no momento em que se tomou a decisão política de defini-la como tal, em lugar de "zona de ocupação soviética" ou Mitteldeutschland, ou por algum outro termo que não expressava realidade mas política. Na medida em que os cartógrafos não estão agindo sob coerção, devem perceber que, ao descrever as Falkland como argentinas, ou a RDA como "Alemanha Central", não estão agindo como geógrafos mas como políticos. Podem justificar sua decisão sob diversos pretextos, inclusive filosóficos ou mesmo pretensamente científicos, mas não geográficos. A falha em fazer essa distinção não resultaria apenas em ruptura na comunicação intelectual (que é bastante conhecida), mas também na substituição da cartografia como uma forma de proposição programática por uma cartografia como descrição, ou seja, na abolição da cartografia.

Felizmente, uma vez que estamos lidando com um campo no qual a fantasia teórica tem consequências práticas severas, não é permitido à cartografia programática interferir nos mapas reais exceto marginalmente e em campos específicos como a educação e a propaganda. Afinal de contas, seria imprudente sugerir aos pilotos de linhas aéreas que, ao aterrissarem em Kaliningrado, estariam em um Estado alemão, ou, antes de 1989, que, ao aterrissarem em Schoenefeld em lugar de Tegel, não encontrariam problemas administrativos bem diferentes.

O que se pode chamar de engajamento stalinista[7] — embora não se confine de modo algum aos stalinistas ou mesmo aos marxistas — pode ser, então, excluído do discurso científico. Se os estudiosos e cientistas acreditam que seu compromisso político exige que submetam sua ciência a seu compromisso, e já que isso é perfeitamente legítimo em certas circunstâncias, deveriam admiti-lo, pelo menos para si mesmos. É muito menos perigoso para a ciência, e para uma análise política cientificamente fundamentada, saber que se está praticando suppressio veri ou mesmo suggestio falsi, que convencer a si mesmo que as mentiras são, em certo sentido complexo, verdade. Similarmente, se acreditam que seu compromisso político exige que renunciem de uma vez a sua atividade de estudiosos, o que também pode ser legítimo ou mesmo necessário em certas condições, também deveriam reconhecer o que estão fazendo. O historiador que se torna editor de um órgão de partido não escreve seus editoriais como historiador mas como editorialista político, embora sua formação e interesses na história possam ali transparecer. Essa necessidade não o impede de continuar a praticar a história em outros momentos. Jaurès produziu história (partidária) muito boa enquanto líder do Partido Socialista Francês; mas não enquanto propositor de fórmulas de conciliação no congresso do partido.

Entretanto, resta uma zona nebulosa entre a atividade científica e a proposição política que talvez afete mais aos historiadores que aos demais, porque foram usados desde tempos imemoriais para legitimar as pretensões (por exemplo, dinásticas ou territoriais) de políticos. Trata-se da zona da advocacia política. Seria bastante irreal esperar que os estudiosos se abstenham de agir como advogados, especialmente quando não apenas acreditam (como é frequentemente o caso) que se deva argumentar com base no patriotismo ou algum outro compromisso político, mas que isso é realmente válido. Fatalmente existirão professores búlgaros, iugoslavos e gregos que, mesmo sem a coerção de governo, partido ou igreja, estarão dispostos a lutar até o último rodapé em favor de sua interpretação da questão macedônica. Claro que existem muitos casos em que os historiadores, embora totalmente indiferentes em termos pessoais, também podem admitir o dever partidário de certa argumentação, tal como apoiar a pretensão de seu governo em relação a uma fronteira em disputa ou escrever um artigo sobre a amizade tradicional entre sildávios e ruritânios numa época em que a Sildávia estiver envolvida em melhorar suas relações diplomáticas com a Ruritânia. Porém, embora não haja dúvida de que os acadêmicos continuarão a agir como advogados, com maior ou menor convicção, e embora um componente de advocacia seja inseparável de todo debate, é

preciso ter bem clara a diferença entre advocacia e discussão científica (conquanto engajada).

Para formular a questão em seus termos mais simples, a função do advogado comum não é decidir sobre a culpabilidade ou inocência do cliente, mas afiançar sua condenação ou absolvição; a função da agência de publicidade não é decidir se vale a pena comprar o produto do cliente, mas sim vendê-lo. Em resumo, ao contrário da ciência (por mais engajada que seja), a advocacia toma como dado o caso a ser defendido. O grau de sofisticação envolvido em sua defesa é irrelevante para essa decisão básica. Mesmo quando aprovamos inteiramente o caso e o procedimento da advocacia, a distinção permanece: Huxley não era Darwin, mas "o buldogue de Darwin". Por mais que na prática relute em fazer isso, na teoria todo participante do debate científico deve acatar a possibilidade de se permitir ser publicamente persuadido por argumento ou evidência contrários. Claro que o fato mesmo de se saber que ele assim fez torna-o particularmente valioso como advogado, e torna tentadora a passagem da defesa científica para a defesa engajada. Nas sociedades liberais, e particularmente nas parlamentares, ambas propensas à idealização do "cientista independente" e à crença de que a verdade tende a brotar do embate de defensores gladiatórios, essa tentação, mais que qualquer outra coisa, tende a produzir engajamento mais ilegítimo. Disso é testemunha a história dos recentes debates sobre a pobreza e a educação nos países anglo-saxões.

III

Tendo estabelecido os limites além dos quais o engajamento deixa de ser cientificamente legítimo, gostaria de discutir a questão em favor do engajamento legítimo, tanto do ponto de vista da disciplina científica ou erudita quanto da causa com a qual o cientista se sente comprometido.

O segundo tipo é um pouco mais difícil do que o primeiro, uma vez que parte do princípio de que a causa será beneficiada com o trabalho do cientista como tal, ainda que engajado. Mas evidentemente nem sempre é esse o caso. Há causas, como uma crença no cristianismo, por exemplo, que não apenas dispensam apoio científico ou erudito, mas podem, de fato, ser enfraquecidas por tentativas de reformular a fé e o dogma em termos que são, por definição, o oposto de ambos. (Claro que a maioria dessas tentativas foram ações defensivas contra ataques de forças seculares invasoras.) Isso não é negar o valor do compromisso cristão enquanto incentivos para certos tipos de erudição, digamos filológica ou arqueológica. Mas é de se duvidar

que essa erudição tenha alguma vez fortalecido o cristianismo como força social. No máximo poder-se-ia afirmar que ela fornece serviços esotéricos, talvez pelo estabelecimento da tradução correta de textos sagrados para aqueles que veem nisso mais que importância científica, ou que ela fornece argumentos propagandísticos para a causa ou o prestígio que a erudição e o saber ainda conferem, na maioria das sociedades, ao grupo ao qual estão associados. No entanto, o julgamento em tais matérias é, até certo ponto, subjetivo. Sem dúvida, para os mórmons, há um enorme significado em coletar uma massa de informações genealógicas sobre antepassados que, segundo se entende, são de algum modo trazidos postumamente por esse processo para mais perto da verdadeira fé. Para não mórmons, o exercício apenas é interessante e valioso porque produziu, de quebra, uma das coleções mais abrangentes de fontes para a demografia histórica.

Mas há muitas causas políticas e ideológicas que claramente se beneficiam da ciência e da erudição, ainda que frequentemente tentadas a desenvolver pseudociência e pseudoerudição com esse propósito. Seria possível negar que os movimentos nacionalistas se fortaleceram pelas dedicadas investigações eruditas do passado de seu povo, mesmo que os próprios movimentos (enquanto distintos dos estudiosos a eles associados) possam considerar a fantasia e a falsificação tão úteis — talvez mais úteis — quanto a investigação cética, ainda que engajada?[8] Além disso, existem causas — entre as quais se destaca o marxismo — que se consideram especificamente como produtos da análise racionalista e científica, e por conseguinte devem considerar o trabalho de investigação científica associado às mesmas como uma parte essencial de seu progresso, ou, de qualquer modo, não incompatível com este, com exceção dos atritos entre pesquisa erudita e conveniência política, já mencionados acima. Todo Estado requisita a ciência para certos propósitos. Os governos precisam da economia real (enquanto distinta da apologética ou propaganda) na medida em que precisam administrar sua economia. Sua queixa não é a de que os economistas não estão suficientemente comprometidos com eles, mas que, no estado atual da ciência, não solucionam os problemas que desejam desesperadamente que eles resolvam. Dessa forma, existe ampla margem para que o cientista comprometido incremente sua própria causa, sem deixar de ser cientista.

Mas até que ponto ele precisa ter uma forma específica de compromisso para fazer isso? Em geral, qual a relevância para um regime se seus economistas são pessoalmente conservadores ou revolucionários, desde que resolvam seus problemas? A URSS não teria se beneficiado mais de biólogos anti-stalinistas que conhecessem seu trabalho que dos lysenkoítas que não o

conheciam?* (Para citar um líder comunista chinês: "O que importa se os gatos são brancos ou negros, desde que peguem ratos?".) Ou, para inverter a pergunta, não deve um marxista engajado, na medida em que for um bom especialista, esperar que suas descobertas sejam benéficas mesmo para aqueles a quem deseja combater?

A resposta para a última pergunta obviamente é: até certo ponto, sim. Não obstante, o engajamento pessoal do cientista é altamente pertinente, no mínimo porque sua causa pode não atrair outros cientistas além dos já engajados nela, e porque pode ser impossível a ela fazer uso daquela ampla fração da ciência — particularmente a ciência social — que reflete outros tipos de engajamento. O Partido Social-Democrata alemão, antes de 1914, dificilmente poderia esperar ajuda, simpatia ou mesmo neutralidade da maioria esmagadora dos acadêmicos da Alemanha imperial. Tinha que se valer de "seus próprios" intelectuais. O mais decisivo é que os intelectuais engajados podem ser os únicos dispostos a investigar problemas ou assuntos que (por razões ideológicas ou outras) o resto da comunidade intelectual não consegue considerar. A história do movimento trabalhista britânico, até bem avançado o século XX, estava predominantemente nas mãos de pessoas que simpatizavam com ele — de Sidney e Beatrice Webb em diante — porque quase nenhum historiador "ortodoxo" se interessou seriamente por ele até bem depois da Segunda Guerra Mundial.

Essa disposição dos estudiosos e cientistas engajados em desbravar novos territórios nos leva à segunda parte de nossa discussão: o valor positivo do engajamento para a disciplina científica ou erudita do cientista engajado. Esse valor é inegável mesmo em algumas das ciências naturais, embora seja provavelmente mais marcante naquelas que (como a biologia) sempre tiveram associações ideológicas bastante fortes. Não podemos confinar esse valor a nenhum tipo particular de engajamento. A genética moderna, por exemplo, com sua batalha constante entre defensores de fatores hereditários e ambientais, sem dúvida era, em grande parte, produto de uma ideologia elitista, antidemocrática — de Francis Galton e Karl Pearson em diante.[9] Aliás, isso não torna a genética uma ciência essencialmente reacionária, ou implica realmente um compromisso ideológico permanente dessa ciência, sendo alguns de seus últimos praticantes mais proeminentes (como J. B. S. Haldane) comunistas. De fato, na atual fase do embate hereditariedade-ambiente, que pode ser remontada à Primeira Guerra Mundial, os geneticistas tenderam a estar na "esquerda", ao passo que os principais partidários da "direita" eram psicólogos.[10] Em todo caso, estamos diante de um campo inconteste das ciências naturais cujo avanço foi alcançado em

grande parte pelo engajamento político de seus praticantes.

Qualquer que seja o caso nas ciências naturais — sobre as quais não tenho competência para discorrer —, o argumento é incontestável nas ciências sociais. É difícil imaginar algum dos grandes fundadores da economia que não estivesse profundamente comprometido politicamente, pela mesma razão que é difícil imaginar algum grande cientista da medicina que não estivesse profundamente comprometido em curar a doença humana. As ciências sociais são essencialmente “ciências aplicadas”, destinadas, para usar a frase de Marx, a transformar o mundo e não somente interpretá-lo (ou, então, explicar por que ele não precisa ser transformado). Além do mais, ainda hoje, pelo menos no mundo anglo-saxão, o teórico típico da economia se considera menos um produtor de “ciência” para o uso de seu “lado” (como fizeram os cientistas antifascistas durante a última guerra quando convenceram os governos de que as armas nucleares eram praticáveis), que um cruzado em causa própria — um Keynes ou um Friedman — ou pelo menos um participante ativo e eloquente em debates de política pública. Keynes não deduziu sua política da Teoria geral: ele escreveu a Teoria geral para prover uma base mais sólida para suas políticas, além de um meio mais eficaz de propagá-las. O vínculo direto com a política é menos claro entre os grandes sociólogos, uma vez que na natureza do objeto suas prescrições gerais são mais difíceis de formular em termos de políticas governamentais específicas — exceto talvez para fins propagandísticos (inclusive educacionais). No entanto, o profundo compromisso político dos fundadores da sociologia dificilmente precisa de demonstração, e realmente houve tempos em que a disciplina inteira como objeto acadêmico quase foi engolfada pelos diferentes engajamentos de seus praticantes. Não é preciso muito esforço para utilizar argumentação semelhante em favor de outras ciências sociais, entre as quais — se optarmos por incluí-la — a história.

O fato de que o desenvolvimento dessas ciências tenha sido inseparável do engajamento — algumas praticamente não teriam existido sem ele — é realmente inegável. A crença contrária, de que o cientista é um simples buscador da verdade acadêmica pura, que pode ou não interessar a mais alguém, provavelmente ganhou terreno em parte como reflexo do mero crescimento numérico — e consequentemente da separação em institutos específicos, da ciência e erudição como profissão —, em parte como uma resposta para a situação social nova e peculiar dos intelectuais (acadêmicos), em parte como mistificação. Em uma época em que não havia economistas profissionais, não teria sentido nenhum afirmar que Quesnay (médico), Galiani (funcionário público), Adam Smith (professor universitário), Ricardo

(financista) ou Malthus (clérigo) não eram essencialmente políticos em suas intenções. O próprio fato de que a multiplicação de intelectuais assalariados profissionais como estrato social ampliou o abismo entre a maioria deles e os que efetivamente tomam as decisões econômicas e políticas teria sido bastante para fortalecer sua tendência a se considerarem como uma classe de "especialistas" independentes.

Além disso, o poder do status quo era em grande parte reforçado quando eram apresentados os ensinamentos prevalecentes das ciências sociais, não enquanto concepções com base e orientação políticas, mas como verdades eternas descobertas sem outro propósito que a busca da verdade por uma classe de homens, trabalhando em certas instituições que garantiam imparcialidade e ao mesmo tempo autoridade. Os professores do Império alemão, um grupo notoriamente partidário, não intervinham tanto na política quanto reforçava sua facção por declarações ex cathedra sobre o que era "incontestável". O intelectual como membro de uma categoria profissional, como membro de um estrato social e como teólogo secular, recebia considerável incentivo para sua pretensão de pairar acima da contenda. Porém, com vistas à presente discussão, não é necessário nem possível ir mais adiante nessa questão.

O fato de que, no passado, as ciências, e especialmente as ciências sociais, eram inseparáveis do engajamento não prova que o engajamento seja vantajoso para elas, mas apenas que é inevitável. O argumento em favor das vantagens do engajamento deve ser o de que faz a ciência avançar. Ele pode fazer isso, e assim o fez, na medida em que fornece um incentivo à mudança dos termos do debate científico, um mecanismo para injetar, a partir de fora, novos tópicos, novas perguntas e novos modelos de resposta ("paradigmas", para usar o termo oportuno de Kuhn). É quase indiscutível que essa fertilização do debate científico por estímulo e desafio de fora do campo específico de pesquisa foi imensamente benéfica ao avanço científico. Isso é hoje amplamente reconhecido, embora o incentivo externo seja normalmente concebido como oriundo de outras ciências, e, em parte por isso mesmo, incentiva-se toda forma de contatos e iniciativas "interdisciplinares".[11] Não obstante, nas ciências sociais, e provavelmente em todas as ciências nas quais se vislumbram implicações para a sociedade humana (que talvez não sejam meramente tecnológicas), "externas" são, em grande parte, e de fato primordialmente, a experiência, as ideias e a atividade do cientista como pessoa e como cidadão, como filho de seu tempo. E os cientistas engajados são aqueles que mais tendem a usar sua experiência "externa" no trabalho acadêmico.

Isso não implica necessariamente compromisso político concreto, ou mesmo compromisso ideológico, embora no século XIX, e ainda hoje, fortes sentimentos de hostilidade à religião tradicional tenham fertilizado os debates até mesmo nas próprias ciências naturais "puras". Desempenhou um papel distinto em campos "não políticos" como a cosmogonia e a biologia molecular, mediante as motivações agnósticas militantes de alguns que revolucionaram tais campos — como Hoyle e Francis Crick, por exemplo.[12] Nesse sentido, o próprio Charles Darwin, ainda que relutante em se envolver publicamente na questão controversa da religião, tinha opiniões bastante definidas a respeito. Porém, mesmo o sólido compromisso ideológico e político às vezes exerceu influência direta no desenvolvimento teórico das ciências naturais. Na esquerda, há o exemplo de A. R. Wallace, codescobridor da seleção natural de Darwin: um político radical vitalício, formado na heterodoxia owenista das "Galerias da Ciência" e nos "Institutos de Mecânica" chartistas, e naturalmente atraído por aquela "história natural" que tanto apelo fazia aos homens de espírito jacobino. Na direita, há o exemplo de Werner Heisenberg.

Seria possível dar numerosos exemplos de como tal incentivo político pode operar nas ciências sociais e históricas, mas talvez um seja suficiente. O problema da escravidão recentemente se tornou um campo importante para a análise e o debate histórico. Considerando que é um assunto que desperta fortes emoções, não admira que envolva engajamento histórico, mas, apesar disso, é impressionante o papel que desempenhou na revitalização do interesse por esse campo. Dos 33 títulos adicionados desde 1940 à bibliografia para o verbete "escravidão" na Enciclopédia Internacional das Ciências Sociais (1968), doze são obras de autores com formação marxista, embora vários deles hoje estejam distantes dessa ideologia. No vigoroso debate a partir de 1974 sobre a escravidão nos EUA, pelo menos duas das personalidades principais (Fogel e Genovese) eram militantes efetivos do minúsculo partido comunista norte-americano dos anos 1950. Fica-se quase tentado a afirmar que esse debate histórico contemporâneo é um desenvolvimento que emanou das discussões intramarxistas de décadas anteriores.

Isso não significa que todo engajamento político tenda a produzir tais efeitos inovadores na ciência e na erudição. Existe muita erudição engajada que é trivial, escolástica ou, quando vinculada a uma estrutura doutrinária ortodoxa, empenhada em provar a verdade predeterminada da doutrina. Grande parte dela levanta pseudoproblemas de um tipo que lembra a teologia e então tenta resolvê-los, talvez até se recusando, por motivos

doutrinários, a considerar problemas reais. Não faz nenhum sentido negar isso, mesmo se tais práticas não se limitam aos estudiosos conscientes de seu próprio engajamento. Da mesma forma, normalmente há um ponto além do qual o compromisso ideológico ou político, de qualquer tipo, perigosamente seduz o estudioso a praticar o que é cientificamente ilegítimo. O caso do falecido professor Cyril Burt é uma prova desse perigo. Esse psicólogo eminente, como ficou demonstrado, estava tão convencido da insignificância dos fatores ambientais na formação da inteligência humana, que falseou seus resultados experimentais para torná-los mais persuasivos.[13] No entanto, quase não é preciso enfatizar os perigos e desvantagens óbvios da erudição engajada. O que é preciso enfatizar são suas vantagens menos óbvias.

Elas precisam hoje ser particularmente enfatizadas porque a expansão e dimensão sem precedentes da profissão acadêmica e a crescente especialização de cada disciplina e suas múltiplas subdisciplinas tendem cada vez mais a voltar o pensamento acadêmico para dentro de si mesmo. As razões são sociológicas e, ao mesmo tempo, inerentes ao desenvolvimento da própria ciência. Ambas se articulam para confinar a maioria dos acadêmicos em algum pequeno território no qual são reconhecidos como especialistas, e fora do qual apenas os mais arrojados ou os mais consolidados tenderão a se aventurar. Isso porque, com o passar do tempo, simplesmente não saberão o bastante fora de seu "campo" para falar com confiança — ou até mesmo para estarem familiarizados com o trabalho realizado — enquanto os grupos de especialistas que ocupam outros territórios e os defendem contra incursões de competidores, com barricadas de conhecimento esotérico e técnicas especiais, tornam cada vez mais perigosas as investidas de seus congêneres leigos. Periódicos especializados, boletins e conferências se multiplicam, e os debates em cada campo se tornam incompreensíveis aos que já não estão dentro dele, sem a longa preparação e leitura para a qual os demais raramente dispõem de tempo, exceto à custa do próprio conhecimento especializado. A bibliografia exaustiva da "literatura", conhecida cada vez mais apenas pelos autores de teses, protege cada uma dessas fortalezas. Trezentos e oitenta ou mais títulos em 1975 advertiam os cidadãos que pensavam ter algo a dizer sobre "movimentos sociais, revoltas e protestos" contra incursões imprudentes no campo do "comportamento coletivo", uma subdisciplina da sociologia que agora tenta se estabelecer como um "campo" específico.[14]

Mas se o intruso desqualificado em termos profissionais e técnicos é mantido do lado de fora, o de dentro, por sua vez, tende a perder o sentido das implicações mais amplas do assunto. Um bom exemplo, como destacou Lester Thurow, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, é o campo

específico da econometria, que desenvolve modelos matemáticos na economia. Esses modelos deviam se prestar originalmente a testar se uma teoria claramente especificada poderia ser estatisticamente confirmada, mas (em grande parte porque raramente o podem) ocorreu uma inversão curiosa na relação entre a teoria e os dados:

> A econometria deixou de ser uma ferramenta para testar teorias para ser uma ferramenta por exibir teorias. Tornou-se uma linguagem descritiva [...] A boa teoria econômica era mais forte que os dados — pelo menos na cabeça dos economistas — e, consequentemente, tinha de ser imposta aos dados. O que começara como técnica para promover os dados relativos à teoria terminou fazendo exatamente o contrário.

Dessa forma, argumenta, as equações econométricas não encontram nenhuma relação entre o investimento e o movimento das taxas de juros conforme era proposta pela teoria econômica clássica, e não há nenhum modo de estabelecer tal relação. Voltaram-se então para a alternativa intelectualmente legítima de projetar suas equações de tal modo que as taxas de juros foram matematicamente obrigadas a ter o sinal certo. "As equações não testavam a teoria, mas descreviam como seria o mundo se a teoria estivesse correta." Em suma, e à custa de tender a retardar o desenvolvimento da teoria econômica, a econometria foi se isolando cada vez mais diante do impacto do mundo real. O incentivo a repensar a teoria, em oposição a desenvolvê-la de uma maneira mais sofisticada, debilitou-se.[15] Entretanto, esse isolamento se torna menos perceptível, ou até mesmo mais tolerável, à medida que se tornou cada vez maior o número de especialistas que apreciam — e de fato praticam — as operações intelectuais cada vez mais esotéricas de seus colegas, e ficou enorme o tempo necessariamente gasto para mergulharem na literatura do assunto, notadamente a partir de 1960. Como convidados de um grande hotel, os especialistas em um campo podem suprir a maior parte de suas necessidades sem deixar o edifício; ou nos contatos com o mundo externo mediados pelo hotel. Afinal de contas, há provavelmente mais economistas hoje empregados nas instituições acadêmicas da cidade de Boston e imediações que o número total de economistas profissionais na Inglaterra entre a publicação da Riqueza das nações e a Teoria geral de Keynes: e todos se mantêm ocupados em ler e criticar seus trabalhos entre si. Para considerar apenas um campo bastante modesto e que não se encontra em rápida expansão, o da história econômica e social: a filiação à Sociedade Britânica de História Econômica quase

triplicou entre 1960 e 1975. Mais de 25% de todas as obras publicadas nessa área desde sua fundação em 1925 apareceram entre 1969 e 1974: 65% de toda essa literatura surgiu entre 1960 e 1974.[16] Comparados pelos padrões dos 430 mil ensaios que constituíam o acervo da literatura matemática em 1968, os 522 mil trabalhos que corporificavam as descobertas da física no mesmo ano,[17] os 20 mil títulos em história econômica e social são modestos. Entretanto, todo aquele que trabalha na área sabe o quanto essa literatura não é gerada por problemas mas por livros e artigos anteriores; e o quanto mais da vida do historiador econômico se passa nas instalações cada vez mais amplas e variadas de seu hotel.

É nessa situação que o engajamento político pode servir para contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro, em casos extremos, o escolasticismo, a tendência a desenvolver engenhosidade intelectual por ela mesma, o autoisolamento da academia. De fato, ele pode ser vítima dos mesmos perigos, caso se desenvolva um "campo" de erudição engajada suficientemente amplo. Existe neoescolasticismo marxista suficiente, em campos como a filosofia e a sociologia, para servir de saudável advertência. Não obstante, mecanismos para gerar novas ideias, perguntas e desafios nas ciências a partir de fora são hoje mais indispensáveis que nunca. O engajamento é um mecanismo poderoso desse tipo, talvez no momento o mais poderoso nas ciências humanas. Sem ele, o desenvolvimento dessas ciências estaria em risco.

** Lysenkoites, no original. O autor se refere aos seguidores de Lysenko, que acreditava na teoria genética da transmissibilidade dos caracteres adquiridos. (N. T.)